BIOÉTICA E NECROPOLÍTICA

BIOETHICS AND NECROPOLITICS

Letícia Rodrigues da Silva Vasconcelos¹

Fabiana de Paula Lima Isaac Mattaraia²

Sebastião Sérgio da Silveira³

<https://doi.org/10.55839/2358-7008RCDv12n2pa89-104>

RESUMO

O presente artigo consiste na discussão e análise sobre os temas biopoder, necropolítica e separadamente e como eles estão interligados no cenário atual dos governos mundiais. O conceito de biopoder será analisado através do conceito de Michael Foucault em conjunto com a análise do termo necropolítica, sob a ótica do pensador Achille Mbembe. A análise da bioética se consolidará a partir dos estudos com base nos mesmos autores e também do autor e advogado Henderson Furst. Para introduzir o âmbito do direito, o termo biodireito será introduzido, sob análise de Furst. Na análise dos três temas será referenciado as opressões governamentais contra os grupos socialmente vulneráveis e quais são os impactos dessas opressões na sociedade. Além disso, será discutido a intersecção entre a bioética e necropolítica e como os conceitos se perdem sob a banalidade do mal - estudo realizado pela filósofa alemã Hannah Arendt. O objetivo do artigo consiste na disseminação de conhecimento sobre os temas para que o Estado seja alvo de

¹ Graduanda na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Email: levasconcelos2011@hotmail.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Ribeirão Preto/SP; Mestre pelo Programa Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Ribeirão Preto/SP; Especialista em Direito Empresarial pelo Programa de Educação Continuada e Especialização em Direito GVlaw SP (2010); Árbitra na Câmara de Mediação e Arbitragem de Ribeirão Preto desde 2020 - CMARP e Graduada pela Universidade de Ribeirão Preto/SP (2006). ADVOGADA (atuante desde 2006 - OAB/SP 257.631) nas áreas relativas ao Direito Empresarial no escritório Eduardo Micharki Vavas Sociedade de Advogados desde julho de 2022. DOCENTE de Direito na Universidade de Ribeirão Preto/SP - UNAERP das matérias de Direito Empresarial, Processo Civil, Processo Coletivo e Teoria Geral do Processo; do Programa de Pós Graduação em Direito Empresarial e Processo Civil da EBJUR, de Direito Societário aplicado à Área da Saúde pelo IPEBJ na Pós-Graduação em Direito Médico e de cursos pela Escola Superior de Advocacia (ESA) em Ribeirão Preto/SP. E-mail: fmattaraia@unaerp.br

³ Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade de Ribeirão Preto (1984), Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999); Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e Pós-Doutoramento pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra-Portugal (2011). Atualmente é o 8 Promotor de Justiça de Ribeirão Preto, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto, onde é Coordenador do Curso e do Pós-Graduação em Direito e Professor Doutor do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo - FDRP-USP. Profesor Honorario da Facultad de Derecho da Universidad San Martín de Porres - Lima - Peru. Integrou, março de 2.011 a 2.016, o Comitê Executivo Estadual, do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Editor Chefe da Revista Paradigma e da Revista Reflexão e Crítica do Direito. Membro Colaborador da Corregedoria Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Justiça de 28.10.2022 a 06.02.2024. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: improbidade; ação civil pública, meio ambiente, terceiro setor, saúde pública, infância e juventude, cidadania e processo penal. E-mail: ssilveira@unaerp.br

cobrança de melhorias sociais pela população, através da implementação de políticas públicas efetivas e aplicação da legislação já existente. A metodologia usada na pesquisa é de cunho qualitativo baseado em questionamentos filosóficos, sociológicos, jurídicos e ativistas.

Palavras-chave: Biopoder; Necropolítica; Bioética; Opressão Social; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article consists of a discussion and analysis of the themes of biopower, necropolitics and separately and how they are interconnected in the current scenario of world governments. The concept of biopower will be analyzed through Michael Foucault's concept in conjunction with the analysis of the term necropolitics, from the perspective of thinker Achille Mbembe. The analysis of bioethics will be consolidated based on studies based on the same authors and also by the author and lawyer Henderson Furst. To introduce the scope of law, the term biolaw will be introduced, under Furst's analysis. In the analysis of the three themes, government oppression against socially vulnerable groups and the impacts of these oppressions on society will be referenced. Furthermore, the intersection between bioethics and necropolitics will be discussed and how concepts are lost under the banality of evil - a study carried out by German philosopher Hannah Arendt. The objective of the article is to disseminate knowledge on the topics so that the State is the target of demanding social improvements from the population, through the implementation of effective public policies and application of existing legislation. The methodology used in the research is qualitative, based on philosophical, sociological, legal and activist questions.

Keywords: Biopower; Necropolitics; Bioethics; Social oppression; Public policies.

INTRODUÇÃO

O período de campanha política do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi baseado em falas e posicionamentos que excluem social e politicamente grupos vulneráveis. Tais ideais de exclusão com base em gênero, raça, classe, sexualidade e regionalidade atraiu o apoio e fortalecimento de movimentos extremistas políticos e religiosos, os quais se identificaram com a propagação do preconceito e ódio. Dessa forma, o período de governo do ex-presidente do Brasil foi marcado pelo reconhecimento dessa opressão e acatamento desses ideais políticos e sociais. Assim, os grupos socialmente minoritários foram negligenciados politicamente, e sofreram com perseguições de ódio daqueles que estão no poder.

Ademais, a propagação de ideias bioéticas equivocadas e negacionistas - principalmente durante o período da pandemia da Covid-19 -, as quais fogem do conceito de

Foucault e de Mbembe, se tornam armas para a proliferação de um Estado de necropolítica. Nessa discussão e análise de bioética e necropolítica, também pode ser inserido a ideia do biodireito, o qual foi criado como uma maneira de regulamentar os avanços científicos para garantir a proteção social. Os conceitos serão desenvolvidos, explicados e relacionados ao longo do artigo.

Esse cenário problemático é possível de ser explicado politicamente através das escolhas de ministros do Supremo Tribunal Federal, indicação dos ministros de governo e alianças partidárias. Além disso, o ódio destilado também se aplica nas falas e posicionamentos públicos e oficiais do ex-presidente, como frases machistas, homofóbicas e racistas. Também vale ressaltar a banalização do mal - conceito de Hannah Arendt - das ideias opressoras de líderes políticos pela sociedade, a qual também se torna violenta e propagadora de ideais violentos. Por fim, essas ações políticas e sociais se misturam através da aplicação das políticas públicas na sociedade, ou seja, toda a opressão que se aplicava no âmbito das ideias passou a ser aplicado na prática através de negligência, exclusão e perseguição social dos grupos socialmente minoritários, como pobres, mulheres, pretos, grupo LGBTQAIP+.

1 BIOPODER

O filósofo francês Michael Foucault trata frequentemente sobre a temática de poder em suas diversas obras e, um dos recortes tratados por ele é o conceito de biopoder. O conceito de biopoder, para ele, é “o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas”. (FOUCAULT, 2008a), ou seja, é uma forma de poder existente para garantir a vida biológica da população e garantir a existência da espécie (SILVA, 2018). Esse pensamento de biopoder se fortalece conjuntamente com o aumento populacional e desenvolvimento tecnológico, logo, é um movimento que ganha força com o sistema capitalista.

A noção de biopoder, por estar relacionada com os ideais de reprodução humana, se caracteriza nos mecanismos de controle de natalidade, proliferação da vida, controle de mortalidade e a saúde dos indivíduos (COSTA, BOZZ, 2011).

Antes de o biopoder vigorar predominava um tipo de poder soberano, que dispunha do direito de vida e de morte sobre os súditos e operava pelo fazer morrer e pelo deixar viver. Era inspirado no pátria potestas, um mecanismo jurídico que concedia ao pai de família romano o direito de dispor da vida dos filhos, uma vez que a tinha dado. Com o biopoder, o poder de morte converteu-se no complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, interferindo em sua gestão, na sua majoração e em sua multiplicação. Transformou-se no exercício, sobre a vida, de controles precisos e de regulações de conjunto. (BERTOLINI, 2018, p. 88)

Na mesma análise histórica do capitalismo desenfreado e controle biológico da vida humana, o filósofo também desenvolve o conceito de biopolítica. Esse conceito se define como

[...] biopolítica da população, que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida e da duração da vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder que se exerce no âmbito da espécie, da população, com o objetivo de gerir a vida do corpo social. (FOUCAULT, 2015, p. 29)

Ou seja, a biopolítica está relacionada às políticas públicas para a garantia do bem-estar da sociedade, pois a preocupação é com a vida dos indivíduos da sociedade (SILVA, 2018).

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26 apud FACHINI, FERRER, 2020, p. 230).

Dessa forma, percebe-se que os conceitos de biopoder e biopolítica foram moldados a partir dos ideais de governo em favor da vida da população e, não mais voltados para o poder soberano, o qual decidia quem deveria morrer e quem merecia viver. Essa política soberana marcou os governos absolutistas e, o fim dessas tiranias se deu com as mudanças e fortalecimento da sociedade - contexto histórico do século XVIII e XIX, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo ao longo dos séculos (FACHINI, FERRER, 2020). Assim, por isso se afirma que o biopoder e a biopolítica estão intrinsecamente relacionados ao sistema capitalista e, assim, mudaram a maneira dos governantes elaborarem suas estratégias de governo voltadas para o controle da vida através do desenvolvimento tecnológico e social.

2 NECROPOLÍTICA

O termo Necropolítica foi cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe como uma forma de expandir e complementar o conceito de biopoder de Michael Foucault, pois para Mbembe, o filósofo francês não analisa profundamente as questões de soberania envolvendo racismo e o impacto negativo do neoliberalismo. O filósofo faz um recorte e uma análise profunda envolve o racismo e o conceito de ser negro, temas que não foram profundamente considerados por Foucault ao analisar as relações de poder.

A necropolítica é a forma de exercício da soberania que se funda na expansão da lógica colonial, tendo em vista que a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida econômica se estabelece com a constante depreciação da vida material, com o aprisionamento do desejo na forma de mercadoria e com a financeirização de todos os âmbitos da vida. (ALMEIDA, 2021, p. 9)

Mbembe discorre, em seu ensaio, que a necropolítica está completamente interligada aos ideais colonialistas de dominação, pois quando a dominação é um objetivo a se atingir e um método normalizado, o direito de matar se apresenta (ALMEIDA, 2021). Entretanto, esse colonialismo se refere às ocupações colonialistas modernas, as quais se sustentam com a política do neoliberalismo. Tal relação pode ser afirmada a partir de que o neoliberalismo permite uma democratização e normatização de condutas opressoras para o desenvolvimento econômico (MBEMBE, 2018). Dessa forma, com base nesse entendimento, o filósofo camaronês relaciona essa governabilidade de dominação com o racismo - ponto central de sua análise - e com a necropolítica.

Se nos períodos anteriores do capitalismo apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos, o neoliberalismo “democratizou” tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade. A lógica colonial de captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma de administração das sociedades contemporâneas, atravessadas pelas exigências objetivas e subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal (ALMEIDA, 2021, p. 8).

O filósofo camaronês traz o conceito de zonas de morte, relacionado à raça, em análise da necropolítica. Essas zonas são locais em que o Estado não aplica a governabilidade de impor limites entre a violência, direitos e morte, ou seja, são zonas em que é justificável matar (MBEMBE, 2018). As vítimas dessas zonas de morte estão intrinsecamente relacionadas

com a raça e identidade de povos, pois em uma necropolítica algum grupo social será taxado como “vilão” e será perseguido com autorização do Estado, como os povos negros africanos durante o período da escravidão no Brasil, os judeus no Holocausto e os povos palestinos na guerra com Israel.

O conceito de necropolítica se encaixa com o pensamento da filósofa alemã Hannah Arendt em seu estudo sobre a banalidade do mal. Tal conceito significa que o mal sendo replicado diariamente e reiteradamente se torna comum, banal para os cidadãos e, estes, acabam se tornando apenas telespectadores das barbáries humanas. (ADVERSE, 2022). Aproximando o conceito para Mbembe, o mal se torna as opressões dos governos neoliberais e políticas colonialistas que são disseminados socialmente e, logo, normalizados.

Arendt acredita que encontramos aí a verdade do sistema totalitário. Ele não necessita de súditos fiéis, embora os tenha utilizado enquanto lutava pela conquista do poder; ele não precisa de cidadãos convictos da verdade de sua ideologia, embora sem isso não se constitua uma base política. Aquilo que de que ele necessita para realizar-se plenamente, é de “marionetes”, de criaturas incapazes de pensar e agir em liberdade. Finalmente, o sistema totalitário não procura uma dominação despótica dos homens, mas busca a transformação dos seres humanos em animais supérfluos (ADVERSE, 2022, p. 391)

Por fim, é necessário discutir que Mbembe exemplifica que o Apartheid, Nazismo e a dominação da Palestina são os maiores exemplos de dominação colonialista moderna que utiliza a necropolítica como governabilidade. Isso ocorre porque nesses Estados de Exceção os soberanos podem escolher quem vive e quem morre, quem é descartável (MBEMBE, 2018). Logo, o conceito da banalidade do mal também fica evidente nesses casos a partir do momento que a sociedade aceitava - e ainda aceita - as mortes de seres humanos.

3 BIOÉTICA

A bioética é uma área de estudo e de conhecimento que discute sobre os limites dos impactos da tecnologia na vida humana (CLOTET, 2006). O termo foi utilizado pela primeira vez pelo médico estadunidense, Van Rensselaer Potter, na década de 1970. O conceito foi utilizado em um período que mudanças drásticas na área das ciências biológicas estavam ocorrendo além do grande crescimento populacional mundial (CLOTET, 2006).

O contexto histórico, além do crescimento populacional, da segunda metade do século XX está intrinsecamente relacionado com a Segunda Guerra Mundial. O Nazismo foi um fator que impulsionou e agregou os ideais de uma “raça pura” europeia, a partir de uma soberania branca do oeste da Europa. Por conta disso, nos campos de concentração e áreas dominadas pelos nazistas, os experimentos médicos e científicos em busca de compreender “anomalias” humanas para alcançar a perfeição do ser humano eram praticados sem considerar nada de dignidade humana (GRECO, WELSH, 2016). Assim, nesse período de holocausto, o pensamento de se considerar procedimentos médicos com base na bioética era inexistente e, o período pós Segunda Guerra Mundial gerou forte comoção mundial devido às atrocidades cometidas contra seres humanos impulsionando mais a necessidade de ter análises médicas e científicas baseadas na bioética (GRECO, WELSH, 2016).

Essa discussão sobre o controle da vida a partir do desenvolvimento da sociedade causa dicotomia entre os pensadores e profissionais de cada área, pois, segundo Clotet (2006, p. 23):

A Bioética precisa, portanto, de um paradigma de referência antropológico-moral que, implicitamente, já foi colocado: o valor supremo da pessoa, da sua vida, liberdade e autonomia. Esse princípio, porém, às vezes parece conflitar com aquele outro, relativo à qualidade de vida digna que merecem ter o homem e a mulher.

Dessa forma, percebe-se que a bioética não é uma ciência definitiva, os ideais discutidos muitas vezes entram em divergência devido aos grupos que estão discutindo, por exemplo um conflito entre ciências biológicas e a religião (NUNES, NUNES, 2004). Assim, é possível analisar que os grupos utilizam de seus próprios estudos e ideais como argumento para tentar impor os limites da bioética naquele determinado tópico.

Um grande exemplo dessa disputa é o tema do abortamento. Esse tema é muito controverso, pois envolve a questão biológica, social, jurídica e religiosa. Este último ainda é um fator de muita relevância social e política em diversos países e também no Brasil, através de pensamentos conservadores e bancadas no Congresso Nacional.

Defende-se, sobremaneira, que uma possível resposta séria e responsável para o intrincado problema moral ético-sobre o abortamento reside, inexoravelmente, no diálogo fecundo entre a ciência - seus avanços que permitiram aumentar a qualidade de vida das pessoas - e o patrimônio cultural filosófico-teológico clássico que há milênios vem se solidificando e pulsando na vida das sociedades. Muitos dos equívocos dessa lógica dicotômica - Pró-Vida x Pró-Escolha - radica-se, em sua gênese, nas arenas eivadas mais de discursos do ódio do que de bom senso, e,

sobremaneira, são erguidos sobre uma limitada ou míope visão de mundo entretecida de argumentos falaciosos. (BIASOLI, SILVA, 2023, p. 24)

Logo, a bioética tem a função de analisar esses questionamentos contrários para tentar proporcionar a melhor solução da situação. Nem sempre a bioética trará respostas concretas e definitivas, entretanto, a discussão é necessária para definir limites, como no Direito e na Medicina.

3.1 BIODIREITO

O biodireito é um ramo da área jurídica que acompanha os avanços no ramo da biotecnologia, ou seja, a ciência que estuda sobre a vida humana e genética. (FURST, 2023). Essa área do Direito existe para que esses estudos científicos sejam regulamentados por leis e não apenas pela bioética ou ideal que o cientista achar correto. Assim, o biodireito surge para atuar em casos que ainda não são muito compreendidos pela sociedade ou que gera grande controvérsia, pois assim, com regulamentação jurídica é possível racionalizar e adequar os comportamentos científicos naquela determinada sociedade (FURST, 2023).

Nesse encontro entre direito e biotecnologia, as particularidades apresentadas pelo desenvolvimento do domínio da vida necessitam ser respeitadas pelo direito, em especial ao desenvolver uma área para pesquisar tais fenômenos, que é o biodireito. É preciso considerar que as biotecnologias e as ciências da vida trabalham em questões materiais complexas, cuja compreensão demanda entender não apenas sobre o que se trata, mas também a repercussão ética em que aquela técnica complexa implicará. (FURST, 2023, p. 19)

Devido ao fato do biodireito ser criado a partir da existência da biotecnologia e da bioética, é possível relacionar que aquele foi, inicialmente, criado jurisprudencialmente nos tribunais. Essa criação se deu dessa maneira pois o Direito não consegue prever todos os possíveis questionamentos bioéticos. Assim, primeiro surge-se a discussão bioética e, para resolvê-la, discute-se nos tribunais. (FURST, 2023)

4 A NECROPOLÍTICA E A BIOÉTICA RELACIONADOS

Como já foi apresentado, a necropolítica é a governabilidade de escolher quais grupos devem sobreviver e quais devem morrer, ou seja, ao invés do Estado discutir e planejar os limites dos direitos, do biopoder e da bioética para a criação e plena aplicação de políticas públicas para a sociedade, o Estado se utiliza de sua soberania para fomentar discursos de ódio e opressão contra os grupos socialmente vulneráveis (ALMEIDA, 2021).

Nesse sentido, a relação da bioética e da necropolítica se fundem. Isso ocorre através da justificativa com embasamento na bioética para que os governos possam matar sem muito julgamento social, pois o grupo que seguir a mesma ideologia bioética daquele determinado tema irá concordar e reiterar a política de morte. Dessa forma, a partir do momento em que a bioética se torna um argumento para permissão da morte de grupos sociais, a relação se torna problemática, reiterando o conceito de banalização do mal da filósofa alemã Hannah Arendt (ALMEIDA, 2021).

Um dos exemplos dessa questão, no Brasil, foi a escravidão dos indígenas e negros africanos durante o período de colonização. Nesse contexto, a justificativa para a utilização dessa necropolítica foi que as vítimas da escravidão não eram seres humanos em comparação com os brancos europeus; logo, a sociedade não repulsou essa conduta, pois havia essa “justificativa”, e permitiu que ela perdurasse por 300 anos. Assim, percebe-se que mesmo sem a existência formal do conceito de bioética, justificar que a vida dos negros era inferior que a dos brancos, foi o suficiente para a população acreditar e propagar esse ideal e criando consequências raciais e sociais que perduram até os dias atuais.

Além disso, um outro exemplo recente foi o governo do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. A figura do ex-presidente somado com as figuras de seu governo e com suas políticas públicas se mostraram opressoras e preconceituosas com todos que não se encaixam no conceito de “homem cis branco da elite”. O governo Bolsonaro foi marcado pelo machismo, racismo e elitismo, logo, foi utilizado estratégias idealistas para justificar a opressão de mulheres, negros e pobres. Nesse governo, o ex-presidente propagou falas e incentivou comportamentos sociais de opressão às minorias sociais, como depoimentos ressaltando a religião cristã como única e superior, falas enfatizando que “bandido bom é bandido morto” e reiterando o conceito do “cidadão de bem”. Esses discursos proferidos pela figura que passa a imagem de mais alto cargo do país tiveram impactos sociais, como a crescente de movimentos

de extrema-direita propagando opressão e violência, com base em ideais praticamente de eugenias sociais.

Além disso, um dos cenários mais marcantes do governo do ex-presidente foi a pandemia da Covid-19. Na pandemia, o conceito de necropolítica fica muito mais evidente quando determinadas regiões recebem vacinas e respiradores e em outras - já excluídas e negligenciadas pelo governo devido à raça, classe, miscigenação, etc - , as pessoas são deixadas para morrer.

A necropolítica de Bolsonaro utiliza o Estado para subjugar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte. Não se trata de ações desconexas, eventuais, pontuais ou excepcionais, trata-se, sim, de ações políticas que se transformaram em regra e não em exceção, que define quem importa e quem não tem importância, quem é essencial e quem é descartável. (CASTILHO; LEMES, 2021, p. 271)

Por fim, é possível concluir que os termos não existem individualmente, porque todos englobam discussões acerca da vida humana e da vida em sociedade. Dessa maneira, percebe-se que eles coexistem e se relacionam. Todavia, essa relação entre bioética e necropolítica não ocorre de maneira que visa o bem-estar pleno da sociedade a partir de estudos, discussões e políticas públicas efetivas, mas sim com a bioética conservadora sendo justificativa de governabilidade para dizimar grupos vulneráveis, se transformando em uma necropolítica (ALMEIDA, 2021).

4.1 PANDEMIA DA COVID-19

No contexto da pandemia da Covid-19, o cenário mundial foi marcado pela busca rápida e eficiente de vacinas para frear os sintomas graves e mortes pelo vírus. A partir disso e a partir da divergência política acentuada que quase todos os países estão enfrentando surgiu discussões acerca das eficiências das vacinas, de modo geral e não apenas para a covid-19. Ou seja, o movimento antivacina ressurgiu intensamente no ano de 2020 com base em fake news antigas e atuais, divergência política e fanatismo político e religioso.

A bioética se enquadra nesse cenário a partir da discussão da elaboração das vacinas, de suas consequências e das fake news criadas. Muitos grupos anti vacinas propagaram as informações falsas de que vacinas causam autismo e causam mutação do material genético, e, assim, proporcionando inúmeros debates sobre biotecnologia e os limites da ciência. A

discussão é de grande importância quando é baseada em fatos verídicos, o que não ocorreu no contexto em questão. Dessa maneira, líderes mundiais, inclusive do Brasil, participaram desse questionamento bioético.

O ex-presidente Jair Bolsonaro proporcionou uma necropolítica no país no momento em que ele resolveu questionar a veracidade de informações científicas e proporcionar um negacionismo em massa no Brasil. Essa necropolítica pode ser analisada como direta pelo governo, com o atraso das compras e disponibilização das vacinas e respiradores, além da escolha de distribuição desses recursos pelo país; e também pode ser indireta pelo povo, com a replicação do negacionismo. Entretanto, é necessário ressaltar a necropolítica já aplicada pelo Estado não apenas no momento de pandemia, como a negligência estatal nas favelas e comunidades, exclusão das regiões do norte e nordeste do país, entre outros.

Os discursos pró-pátria enunciados por Bolsonaro, em detrimento às temáticas vinculadas aos Direitos Humanos, à vida e à saúde, foram os mais aberrantes que a história republicana brasileira poderia conceber, sobretudo pelo resultado, após dois anos de pandemia, de mais de seiscentas e cinquenta mil mortes decorrentes da enfermidade. Ainda, estima-se que um terço destas mortes foi atribuído ao gerenciamento da crise adotado pelo governo federal por intermédio das ações e/ou omissões do presidente da República, e tais mortes não foram substancialmente consideradas por ele, visto que, durante toda a evolução da pandemia ele manteve o mesmo entendimento adotado inicialmente, qual seja, a de uma posição negacionista e contrária à ciência (WERNECK et al., 2021). (LOPES, 2023, p. 56)

5 DIREITO E NECROPOLÍTICA

A relação entre direito e necropolítica vai além da governabilidade dos líderes do país que não cumprem o previsto na Constituição Federal de 1988 na garantia de direitos. É necessário também retratar a relação da necropolítica quando ela é prevista constitucionalmente.

Em uma trajetória histórica do Brasil, é possível pontuar que durante praticamente todo o período de Brasil colônia e Brasil Império a escravidão dos povos negros africanos era prevista por lei, ou seja, não era um tipo de tráfico (ilegal) de pessoas ou algo oculto. Além disso, no período após a independência do Brasil, a Constituição de 1824 trouxe diversos artigos em relação à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão criando um falso cenário de

liberdade e igualdade, entretanto, a escravidão ainda existia e era muito praticada (GRESZGORN, 2022).

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a Declaração dos Direitos da Homem e do Cidadão (cópia quase idêntica à original francesa de 1789), na qual se afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconhecia sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais.

Não obstante esse flagrante desrespeito à humanidade do escravo, a consagração dos princípios liberais pela Constituição foi o primeiro passo em direção à criação de uma consciência crítica em relação ao sistema escravista. A questão que se apresentaria a partir daí era como justificar a escravidão em uma sociedade em que se aceitavam os novos princípios liberais. Como negar aos escravos os direitos humanos que, em princípio, aplicavam-se a todos? (COSTA, 2016 apud GRESZGORN, 2022, p. 40)

A partir disso, é possível analisar que um governo que age com uma necropolítica não depende da previsão legal de dispositivos que protegem o povo. A necropolítica depende quase exclusivamente da governabilidade que exclui e mata uma parcela da população, a qual representa algum símbolo que o governo não quer que seja propagado e, estes geralmente são raça, gênero e classe.

Por fim, é imprescindível ressaltar a Constituição Brasileira de 1988 com seu artigo 5, principalmente, na garantia e proteção de direitos de toda a população do país.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...] (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 5, 1988)

Entretanto, mesmo com centenas de artigos prevendo a proteção dos cidadãos e garantia de direitos, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro atuou de maneira necropolítica quando reforçou discursos de ódio contra minorias sociais e menosprezou e agiu de modo negacionista na pandemia da covid-19. Dessa maneira, esses ideais do ex-presidente tiveram reflexos nas políticas públicas do Estado para a população e, além disso, reflexos dos cidadãos contra eles mesmos, através da repercussão da violência e negligência.

6 CONCLUSÃO

O conceito de biopoder e biopolítica do filósofo Michael Foucault foi desenvolvido para representar os métodos de proteção da vida humana, incentivado pelo fim dos governos autoritaristas que priorizavam a morte e pelo fortalecimento do sistema capitalista que prioriza as pessoas e o trabalho que elas produzem. A partir desse conceito, o filósofo camaronês Achille Mbembe critica Foucault por este apenas considerar o contexto europeu em seu estudo sobre biopoder. Mbembe acrescenta o cenário de países colonizados em relação à políticas de governabilidade e, nestes países, a necropolítica que prevalece. Esse último conceito diz respeito aos métodos de governança em que o Estado decide quem deve viver e quem deve morrer a partir de políticas públicas, discursos políticos, etc, ou seja, é um tipo de governo que mata pessoas. Ainda dentro do conceito de necropolítica, Mbembe ressalta a ideia de banalidade do mal da filósofa alemã Hannah Arendt, a qual significa a normalização de práticas de violência contra determinado grupo de pessoas. O camaronês explica a grande relevância do fator racial na necropolítica, pois majoritariamente, os escolhidos para morrer são determinados pela raça.

Relacionado com esses temas, foi exposto a questão da bioética. A bioética é uma análise ética sobre os estudos científicos relacionados à vida humana, ou seja, é um método de controle dos limites da ciência. A partir dessa ideia, a bioética possui uma linha muito tênue entre conservadorismo e religião e limites éticos e avanços da sociedade, ou seja, a bioética acaba sendo utilizada como argumento para justificar alguns comportamentos preconceituosos e/ou opressivos. Dessa forma, foi possível convergir os temas apresentados em um único pensamento: governos necropolíticos justificados pelo biopoder e bioética.

Além disso, o biodireito se encaixa no tema também. Este ramo do Direito foi criado para acompanhar os desenvolvimentos da biotecnologia e, conseqüentemente, os debates da bioética, pois a vida em sociedade precisa ser regulamentada em meios legais para garantir a ordem e a proteção social. Entretanto, foi exposto que nem sempre a previsão legal garante plenamente os direitos da população, pois a necropolítica pode ou não estar baseada em dispositivos legislativos. Exemplos disso são o período da escravidão no Brasil, a qual era uma prática comum, generalizada e legalizada mesmo ferindo todos os direitos humanos e bioéticos, ou seja, uma necropolítica contra os povos negros; e também o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o qual atuou de maneira que infringiu direitos humanos, mesmo que a proteção destes é prevista constitucionalmente. Logo, necropolítica e bioética estão além do direito.

Portanto, conclui-se que a bioética nem sempre sofre uma análise e aplicação voltada plenamente para o desenvolvimento científico que protege e garante a vida humana digna. Em muitos cenários, a bioética é utilizada como justificativa de ideais excludentes e letais para um grupo - ou grupos - social que é visto como uma ameaça àqueles que detém o poder. Dessa forma, o Estado passa a aplicar políticas públicas que visam a necropolítica desse grupo oprimido, ou seja, a morte de pessoas consideradas descartáveis para o governo, como ocorreu na escravidão e Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVERSE, Helton. Hannah Arendt e as origens do totalitarismo. O surgimento de uma nova forma de governo. **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 389-400, Jul./Dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/29878/20562>

ALMEIDA, Sívio Luiz. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH**, Salvador - BA, v. 34, p. 1 - 10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/?format=pdf&lang=pt>.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de Biopoder em Foucault: Apontamentos Bibliográficos. ISSN 1984-3879, **SABERES**, Natal - RN, v. 18, n. 3, Dezembro, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/crisforoni,+O+CONCEITO+DE+BIOPODER+EM+FOUCAULT.pdf>

BISOLI, L.; SILVA, R. L. P. O status moral do embrião e do feto em tempos de polarização política: responsabilidade e dignidade humana. **Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social**, v. 4, e238680, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.24220/2675-9160v4e2023a8680>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2024].

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **R. Katál.**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>

COSTA, Deyvisson Pereira; BOZZ, Augusto Flamaryon Cecchin. CORPO E DISCURSO: a noção de biopoder em Michel Foucault. **Revista Panorâmica Multidisciplinar**, Barra do Garças - MT, n. 12, p. 78 a 88, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/administrador,+Artigo+-+CORPO+E+DISCURSO+a+no%C3%A7%C3%A3o+de+biopoder+em+Michel+Foucault%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/administrador,+Artigo+-+CORPO+E+DISCURSO+a+no%C3%A7%C3%A3o+de+biopoder+em+Michel+Foucault%20(1).pdf)

CLOTET, Joaquim. **Bioética: uma aproximação**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FACHINI, Elaine Cristina Sotelo; FERRER, Walkiria Martinez Heinrich. Biopolítica e Biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: A Lei Geral de Proteção de Dados como inibitória da manipulação social. **Revista DIREITO UFMS**, Campo Grande - MS, v. 5, n. 2, p. 226 - 246, jul./dez, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/9153-Texto%20do%20artigo-33451-1-10-20200508.pdf>

FURST, Handerson. **Teoria do Biodireito**. 1 ed. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GRECO, Dirceu; WELSH, James. Direitos Humanos, ética e prática médica. **Rev. bioét.** (Impr.). 2016; 24 (3): 443-51. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/mr599JB7wPNkYV3bbffWXXd/#>

GRESZGORN, Rafael Canário. **O trabalho escravo e a sua persistência na contemporaneidade apesar da evolução legislativa**. 2022. Monografia de Especialização (Especialização em Direito do Trabalho) - da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/31541/1/Rafael%20Can%c3%a1rio%20Greszgor n%20-%20Monografia.pdf>

LOPES, Liriane Wanderley De Sousa Leite. **Pandemia da Covid-19: O governo de Jair Bolsonaro perante o direito à vida e à saúde**. Universidade Federal Da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27246/1/LirianeWanderleyDeSousaLeiteLopes_Dissert.pdf

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1 ed. São Paulo: N-1 Editora, 2018.

NUNES, Cássia Regina Rodrigues; NUNES, Amauri Porto. **Bioética**. Rev Bras Enferm, Brasília - DF, 2004, set/out, 57(5):615-6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YVqfDmdW5qtvYsZRgSWzVKb/#>

SILVA, Duciélma Rocha. **Biopoder na concepção de Michel Foucault: O poder do Estado no controle da sociedade**. **Periagoge**, UCB, v.1, n. 1, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/8909-Texto%20do%20artigo-43917-4-10-20210531%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/8909-Texto%20do%20artigo-43917-4-10-20210531%20(1).pdf)

Submetido em 30.04.2024

Aceito em 28.10.2024